



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



COMUNICADO nº 02/SELEÇÃO PPGD 2016 – 03 de dezembro de 2015.

O Coordenador do Mestrado em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas – FDA/UFAL, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR** as inscrições abaixo listadas, referentes ao Processo Seletivo para o Curso de Mestrado em Direito (Edital nº 41/2015-PROPEP/UFAL), ressalvados os casos de inscrição qualificada como pendente de documentos (via correios), hipóteses nas quais a Secretaria do PPGD está aguardando a entrega da documentação por SEDEX, caso tenham sido postados tempestivamente, nos termos do edital.

Informa ainda aos interessados que os nomes não incluídos na lista tiveram sua inscrição indeferida por conta da inobservância dos prazos e/ou requisitos constantes do edital.

A lista com as inscrições homologadas é a seguinte:

	NOME COMPLETO	CPF	LINHA DE PESQUISA	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA
1.	AGENOR GONZAGA FAUSTINO	853.371.967-15	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
2.	AILTON CAVALCANTE BARROS	105.313.764-86	02	A PENHORA DE MÃO PRÓPRIA COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO EM EXECUÇÃO FISCAL E SUA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO
3.	ALESSANDRO SAMARTIN DE GOUVEIA	035.503.214-73	01	MEDIDAS NECESSÁRIAS A SEREM ADOTADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO INTERMEDIADOR DOS SISTEMAS SANITÁRIO E JUDICIAL NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



4.	ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS	824.384.714-68	01	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA: DIREITO FUNDAMENTAL À JUSTA PERSECUÇÃO PENAL
5.	ALINE DAIANE SILVA	039.300.824-03	01	(OS CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE AGRESSORES COMO ESTRATÉGIA NECESSÁRIA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DE ALAGOAS: UM A ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS ARTS. 35 45 DA LEI 11340/2006 À LUZ DA CRIMINOLOGIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA MODERNIDADE
6.	ALUÍSIO NORBERTO DOS SANTOS	711.785.544-49	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
7.	AMANDA GABRIELA GOMES DE LIMA	053.906.764-40	01	FEMINICÍDIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DAS CRIMINOLOGIAS FEMINISTAS
8.	ANDRÉ LUIZ DA COSTA MELO	059.281.244-81	02	MUDANÇA DO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PASSAGEM PARA O MODELO GERENCIAL VERSUS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA: UM ESTUDO SOBRE SE HÁ COMPLEMENTARIDADE DE UM COM O OUTRO
9.	ANDRÉ LUIZ FERREIRA SANTOS	871.515.104-20	03	O ART. 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL A SERVIÇO DA APLICAÇÃO SUPLETIVA AO PROCESSO ESPECIAL DO TRABALHO
10.	ANTÔNIA DANIELA CARVALHO DOS SANTOS STECCONI	889.352.804-53	02	O ESTATUTO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, LEI Nº 13.146/2011 E O IMPACTO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DA INCAPACIDADE CIVIL E NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
11.	ARY DE MEDEIROS LAGES FILHO	033.248.664-80	01	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL
12.	AUGUSTO DE VASCONCELOS SILVA	843.244.494-49	01	A OMISSÃO DE REGULAMENTAÇÃO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CONTROLADOR EXTERNO DAS ATIVIDADES POLÍCIAS: SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO
13.	BRUNO DE LIMA ACIOLI	077.079.154-96	01	O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET: RECONHECIMENTO, APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DESTES DIREITOS NO BRASIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



14.	BRUNO OLIVEIRA DE PAULA BATISTA	008.232.784-09	03	A COISA JULGADA E QA INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO RECONTECIDA NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL FUNDADO EM LEI OU ATO NORMATIVO CONSIDERADO INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONFORME O NOVO CPC
15.	CARINA CANUTO SOARES AMADOR	054.812.114-16	01	A (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM CASO DE ABUSO SEXUAL FAMILIAR: ANÁLISE DE CASOS EM ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS NA CIDADE DE MACEIÓ/AL
16.	CARINE CHAMBRES	068.050.104-54	01	RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO: COMO É POSSÍVEL VIVER APÓS O CÁRCERE
17.	CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA	052.167.014-43	01	ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NA CRIMINALIDADE INFORMÁTICA E A COMPATIBILIDADE ENTRE O DIREITO POSTO E O GARANTISMO PENAL
18.	CARLOS ALBERTO SANTOS ARAGÃO DE LIMA	059.976.834-78	01	O ARCABOUÇO JURÍDICO BRASILEIRO E AS NORMAS INTERNACIONAIS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
19.	CAROLINA FRANCISCA CAVALCANTE	064.097.364-79	02	A PROBLEMÁTICA DOS MUNICÍPIOS INVIÁVEIS SOB A ÓTICA DO PACTO FEDERATIVO
20.	CECÍLIA MONTE XAVIER DE SOUZA	042.996.284-38	02	A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA: A EXPECTATIVA DOS CONTRIBUINTE E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LEGÍTIMO
21.	CÍCERO ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA	049.061.194-09	01	ATIVISMO JUDICIAL: NECESSIDADE NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES?
22.	DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA	052.172.504-61	01	A INCOMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DO TRABALHADOR MIGRANTE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM OS TRATADOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL
23.	DANIEL GALVÃO BRENNAND	034.066.924-19	02	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
24.	DANIELA CAMPOS CERULLO WANDERLEY	033.407.154-24	01	MEDIAÇÃO E ALIENAÇÃO PARENTAL: DIVERSIFICANDO O ACESSO À JUSTIÇA? CONSIDERAÇÕES SOBRE O VETO AO ARTIGO 9º DA LEI 12.138, DE 26/8/10 (LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL) E A EDIÇÃO DO NVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



25.	DANILO MOURA LACERDA	037.963.924-66	02	O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA COMO LIMITE À AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA
26.	DÊNIS GUIMARÃES DE OLIVEIRA	049.024.864-07	02	A PRESTAÇÃO (DES)CENTRALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DO CRITÉRIO ATIVIDADE-FIM/ATIVIDADE-MEIO NA ESCOLHA DO PRESTADOR
27.	DIOGO CARDOSO DE BRITO ALBUQUERQUE	007.628.594-40	02	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO
28.	DIOGO VIEIRA DA CUNHA DO AMARAL REIS	055.604.164-01	01	DA CRISE AMBIENTAL AO “ESVERDEAMENTO” DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E IMPLICAÇÕES NA MOBILIDADE URBANA DE MACEIÓ
29.	DOUGLAS DE ASSIS BASTOS	056.339.474-95	01	TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA CRIMINAL: ENTRE ALTERNATIVA PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À EXPANSÃO DO SISTEMA PENAL
30.	EDNALDO MIGUEL DA SILVA JÚNIOR	080.280.454-02	02	A COMPETÊNCIA NORMATIVA ABSTRATA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO DIREITO BRASILEIRO
31.	EDUARDO ALBERTO KERSEVANI TOMÁS	162.890.438-03		A LEGALIZAÇÃO OU DESCRI-MINALIZAÇÃO DO ABORTO E O DIREITO DO NASCITURO
32.	EDUARDO HENRIQUE COSTA	052.326.874-25	02	PUBLICIDADE INFANTIL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: POSSIBILIDADE E LIMITES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
33.	EDUARDO ÍTALO BASTOS DE OLIVEIRA	033.411.534-54	03	CONFLITOS ENTRE OS PODERES CONSTITUÍDOS: EXECUTIVO X JUDICIÁRIO
34.	EDUARDO TEIXEIRA ARAÚJO	038.419.294-78	01	DIREITO PENAL DO INIMIGO: MAXIMIZAÇÃO DO DIREITO PENAL, EMERGÊNCIA SOCIAL, LIMITES CONSTITUCIONAIS PENAIS
35.	ELITA ISABELLA MORAIS DORVILLÉ DE ARAÚJO	073.933.064-09	01	CRIMINOLOGIA CRÍTICA DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 13.104/15 (LEI DO FEMINICÍDIO) A PARTIR DA NECESSIDADE DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO
36.	EMMANUEL FERREIRA ALVES	057.428.094-41	01	PANJUS FUNDAMENTALIZAÇÃO: O PERIGO DA INEFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO CONSEQUÊNCIA DA CLÁUSULA DE ABERTURA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA



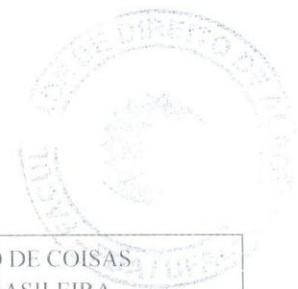
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



37.	FÁBIO ANTÔNIO NETO GÊDA JÚNIOR	090.516.624-83	01	HOMICÍDIO SEM CADÁVER: A VIABILIDADE DA IMPUTAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
38.	FÁBIO AUGUSTO CARVALHO PEIXOTO	085.111.384-46	02	A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
39.	FANNYELAISA ALVES DE OLIVEIRA COSTA	055.318.254-47	01	POLÍTICAS PÚBLICAS: A APLICABILIDADE DE LEI FEDERAL 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009 E O FOMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA ZONA DA MATA ALAGOANA
40.	FERNANDO CÉSAR NOGUEIRA	282.967.958-09	01	A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS ECONÔMICOS E SOCIAIS
41.	FLÁVIA DA COSTA SILVA	060.846.624-71	01	FAMÍLIAS PLURIPARENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UNA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES NA BUSCA DA MÁXIMA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
42.	FLÁVIA JOANALINA DE OLIVEIRA SANTOS	842.778.074-53	03	INDEFERIDA A INSCRIÇÃO – PROJETO DE PESQUISA NÃO ENTREGUE
43.	FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA NETO	053.220.994-09	02	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE
44.	GERALDO MAGELA FREITAS TENÓRIO FILHO	068.332.374-17	02	AS LICENÇAS CRATIVE COMMONS E O USO JUSTO DAS CRIAÇÕES NO ESPÍRITO COMO INSTRUMENTOS JURÍDICOS PROPULSORES DA NOVA PERSPECTIVAS AUTORAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DO MONOPÓLIO À EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
45.	GISLAINE ROSÁLIA MIGLIATI	256.346.498-62	03	A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO HIPÓTESE DE REVISÃO DAS DECISÕES ADVINDAS DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NA OCORRÊNCIA DE ALTERAÇÃO CONTEXTUAL RELEVANTE
46.	GLÁUCIO GUIMARÃES MEDEIROS	034.918.264-70	02	A PLURINORMATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMO OBSTÁCULO À APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ATINENTES AO SERVIDOR PÚBLICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



47.	GUILHERME EMANNUEL LANZILLOTTI ALVARENGA	104.097.967-00	01	POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA
48.	GUSTAVO GUILHERME MAIA NOBRE SILVA	063.656.024-48	02	ARGUMENTOS CONSEQUENCIALISTAS NAS DECISÕES JURÍDICO- TRIBUTÁRIAS: REFLEXOS ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FISCAL
49.	GUSTAVO HENRIQUE GONÇALVES NOBRE	076.858.504-00	02	TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: BALIZAS PARA UMA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL
50.	GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES	078.625.577-35	01	O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E A SUA INCIDÊNCIA NOS BENS PÚBLICOS POR MEIO DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA
51.	HÉLDER BRAGA ARRUDA JÚNIOR	658.170.873-91	03	A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE SOB À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
52.	HÉLIO FELIPE FREITAS DE ALMEIDA SILVA	023.197.574-06	02	DIREITO À EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE MÉDIO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL
53.	HENRIQUE GUERRA STUDART	084.630.664-61	01	A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TÓXICOS À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA: DO RECONHECIMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
54.	HUGO MARINHO EMÍDIO DE BARROS	064.521.614-31	01	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A EFETIVIDADE PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE DA LEI Nº 9474/1997 À LUZ DO BINÔMIO FORMADO PELO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SEGURANÇA NACIONAL
55.	HUGO SOUSA DOS REIS GOMES	072.734.694-67	03	A TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA
56.	ISMAR RIBEIRO UCHÔA JÚNIOR	039.368.103-38	03	A REVISÃO DA COISA JULGADA EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: ESTUDO DA RECLAMAÇÃO Nº 4374/PE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

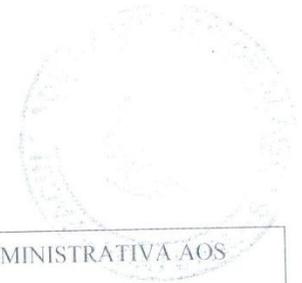
57.	ITHIARA CARLA LEITE PEIXOTO	084.627.734-40	01	O DIREITO FUNDAMENTAL À ENERGIA ELÉTRICA E O PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE APLICADO AO ICMS EM CONTEXTO DA CRISE ENERGÉTICA E AMBIENTAL
58.	JADNEY FLÁVIO DE MELO ARAGÃO	939.988.804-53	03	OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO NA ADPF 54 E A REPERCUSSÃO SOBRE AS DEMAIS ÁREAS DO DIREITO
59.	JAMSON JOSÉ DA SILVA	073.438.294-40	02	OMISSÃO LEGISLATIVA ACERCA DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL <i>POST MORTEM</i> SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS, MAIS PRECISAMENTE NO ÂMBITO DE FAMÍLIA E SUCESSÓRIO
60.	JANAÍNA HELENA DE FREITAS	055.322.866-80	01	ONDE O ESTADO NÃO CHEGA: A ASSESSORIA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS
61.	JÉSSICA ALESSANDRA ARAÚJO FERREIRA LEÃO	085.291.464-41	01	AUTOS DE RESISTÊNCIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE À LUZ DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
62.	JÉSSICA ANTUNES FIGUEIREDO	060.540.974-42	01	A IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE DE RESULTADOS NS PARCERIAS ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITOS SOCIAIS: O DESAFIO DA FLEXIBILIZAÇÃO E ACCOUNTABILITY
63.	JÉSSICA FERREIRA NUNES	075.603.604-67	01	DA FINALIDADE PROTETIVA DO DIREITO PENAL: ENTRE OS DIREITOS DAS VÍTIMAS E DOS CRIMINOSOS NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA SISTÊMICA-TELEOLÓGICA
64.	JOÃO ARTHUR ALVES DE SOUZA	084.795.474-99	01	DIREITO À CIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUA APLICABILIDADE PELO PLANO DIRETOR DE MACEIÓ: O CASO PRÁTICO DE CRUZ DAS ALMAS
65.	JOÃO BATISTA DE FRANÇA SILVA	013.593.194-09	02	FATO, PROVA E VERDADE: UMA ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DA INCIDÊNCIA JURÍDICA
66.	JOÃO PEREIRA JÚNIOR	022.817.824-09	01	A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO
67.	JONADABE CARVALHO ALVES E SILVA SANTOS	079.153.714-52	01	PARADOXO ENTRE A GARANTIA AO MÍNIMO EXISTENCIAL E A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO IMPACTANDO A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



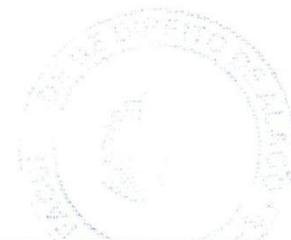
68.	JOSÉ CÍCERO NUNES CORREIA	350.378.814-04	01	INCIDÊNCIA DA CRIMINALIDADE: APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIO, NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VERSUS URGÊNCIA DA PUNIÇÃO E RISCO DE RETROCESSO SOCIAL
69.	JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS NETO	070.632.914-75	01	PROGRAMA DE PERSECUÇÃO DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITO FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE ALAGOAS
70.	JOSÉ PAULO COSTA VIEIRA	872.098.454-53	02	A INCONSTITUCIONALIDADE NO EMPREGO DAS POLÍCIAS MILITARES EM DESPORTIVAS À LUZ DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
71.	JOSÉ ROBERTO FERNANDES TEIXEIRA	655.093.155-04	03	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
72.	JOSÉ TENÓRIO NUNES FILHO	053.181.324-05	02	O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUA CONCRETIZAÇÃO NA FASE INTERNA DAS CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA: OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E LEGALIDADE; A ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO; E O MODELO ADMINISTRATIVO ORGANIZACIONAL
73.	JULIANATHAÍS SANTOS RIBEIRO	070.084.674-35	01	A EFETIVA APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ALGEMADO NAS ATIVIDADES POLICIAIS: O EMPREGO IRREGULAR DAS ALGEMAS E A EXPOSIÇÃO SENSACIONALISTA MIDIÁTICA
74.	JÚLIO CÉZAR DA SILVA CASTRO	014.998.044-23	01	ATIVISMO JUDICIAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES INSTITUCIONAIS FRENTE A UM NOVO PERFIL DO PODER JUDICIÁRIO
75.	JULLY MARIANA ARAÚJO DOS SANTOS	076.788.814-60	03	AMICUS CURIAE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO ÂMBITO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
76.	KARINNY GUEDES DE MELO VIEIRA	091.017.154-88	01	CEMITÉRIO DOS ESQUECIDOS: DA NOÇÃO DE PERICULOSIDADE COMO FUNDAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA DESINTERNAÇÃO A PARTIR DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 527 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
77.	KATIANE LAMENHA EVARISTO DA SILVA	007.464.184-00	01	A GARANTIA CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO NAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE LIBERDADE IMPOSTAS AOS ADOLESCENTES INFRATORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



78.	LAILA SOARES CAVALCANTE	057.265.074-44	02	APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS
79.	LAÍS RAMOS BARBOZA	080.946.604-06	03	JURISDIÇÃO BRASILEIRA: A DOGMÁTICA JURÍDICA HERMENÊUTICA E A LEGITIMAÇÃO DA DECISÃO JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO APÓS O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
80.	LARISSA CAVALCANTE MENDES	042.077.484-07	01	SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: PANORAMA DE UM CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM TRANSFORMAÇÃO
81.	LAURO LYRA AGUIAR	066.421.764-80	02	A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS MEDIDAS LEGAIS E JUDICIAIS PARA O CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO
82.	LEANDRO DA SILVA MONTEIRO	050.349.894-76	01	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL
83.	LUANA KAREN DE AZEVEDO SANTANA	048.843.195-67	02	SOBREPOSIÇÃO DO ESTADO ÀS OBRIGAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA DA PUBLICIDADE INFANTIL
84.	LUCAS ROJAS ALVES FEITOZA	007.691.244-29	01	CO-CULPABILIDADE PENAL COMO CONSEQUÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO, PELO ESTADO, DO CONTRATO SOCIAL: LEGITIMAÇÃO E UMA ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS E RELEVÂNCIA NO MOMENTO DA FIXAÇÃO DA PENA.
85.	LUCAS TELES BENTES	075.695.684-60	02	OS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS CONCEDIDOS PELA LEI DO PRODESIN NO ESTADO DE ALAGOAS E O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO CONSTITUCIONAL
86.	LUZIA APARECIDA BRASIL DA SILVA	027.662.024-04	01	VIOLÊNCIA SEXUAL E CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA NUMA PERSPECTIVA PRINCIPOLÓGICA DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE
87.	MARCIAL DUARTE COELHO	009.137.924-54	01	DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE: POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
88.	MÁRCIO ROBERTO TORRES	011.641.914-89	01	PRAGMATISMO E DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: POSSIBILIDADES DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL NA ANÁLISE ECONÔMICO DO DIREITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



89.	MÁRCIO VASCO DA COSTA	025.465.884-94	03	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO: MAIS EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E CELERIDADE NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
90.	MARCUS VINÍCIUS LOPES DA SILVA	817.180.631-72	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
91.	MÁRIA ALINE FARIAS DA SILVA	077.318.314-00	03	CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA AGRÁRIA NO BRASIL E SUA APLICABILIDADE NA VARA AGRÁRIA DE ALAGOAS: COM ÊNFASE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988
92.	MARIA BETÂNIA NUNES PEREIRA	662.567.804-00	03	O BRAÇO FORTE DA LEI: O STF E O PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA NOS CRIMES DE BAGATELA
93.	MARIA EDUARDA LUCENA DE AZEVEDO RAMOS	090.859.414-31	01	EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA
94.	MARIA LUIZA OLIVEIRA PEDROSA	070.588.374-10	01	O DIREITO PENAL DO INIMIGO X INTERVENÇÃO MÍNIMA: VISÃO SOB A LUZ DA NOVA TENDÊNCIA GARANTISTA
95.	MARIA MICHELLE DE ARAÚJO CORDEIRO	030.807.044-52	02	O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A INCONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ABSOLUTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
96.	MARÍANA OLIVEIRA DE MELO CAVALCANTI	079.542.664-00	01	PARA ALÉM DO SOPESAMENTO – A INCOMENSURABILIDADE ENTRE PRINCÍPIOS SOB A ÓTICA PRAGMÁTICO-CONSEQUENCIALISTA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
97.	MARIANNY RAYNARA SILVA DOS SANTOS	095.525.854-57	01	OS INSTRUMENTOS NÃO NORMATIVOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO PARÂMETRO PARA CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE
98.	MICHELLE GONÇALVES DE ARAÚJO JORGE	024.070.874-10	02	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO RISCO DE DANO: PERSPECTIVAS JURÍDICAS DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO FRENTE À AUSÊNCIA DE TRATAMENTO ESPECÍFICO PARA AS INVENÇÕES NANOTECNOLÓGICAS
99.	MICHELLE GUIMARÃES LIMA CABRAL	000.828.534-95	02	A RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL POR DANOS AO CONSUMIDOR QUANTO AO SURGIMENTO DE VÍCIOS FORA DOS PRAZOS TÉCNICOS DE GARANTIA, NA VIGÊNCIA DA NORMA TÉCNICA DE DESEMPENHO (NBR 15575:2013)
100.	MÍRIAM CLARISSA PONTES ROLIM	083.205.554-93	01	O PLURALISMO JURÍDICO NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DE SUAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

101.	MOACIR ROCHA SANTANA FILHO	093.276.804-05	03	A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA NOVA TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL
102.	NATÁLIA TENÓRIO FIREMAN CAMELO	058.696.794-00	01	A REPERCUSSÃO DA INTERVENÇÃO LEGISLATIVA DO PODER EXECUTIVO POR MEIO DE MP EM PROL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVIDENCIÁRIOS
103.	NAYANE LAYS DE OLIVEIRA LIMA	055.380.324-77	01	DEFENSORIA PÚBLICA: A EFETIVIDADE E EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA
104.	NAYANE LINS TORRES	095.282.174-51	02	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE SUBSTITUIÇÃO DA VONTADE DO DOADOR DO SÊMEN NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA PELA VONTADE DE TERCEIROS
105.	NIGEL STEWART NVES PATRIOTA MALTA	091.809.504-26	01	A INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PEÇA: ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA SOBRE A VALORAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS ANTECEDENTES
106.	OSCAR RAUL LIMA FILHO	008.716.984-39	01	ESBOÇO SÓCIO-JURÍDICO ACERCA DAS DEMANDAS DE MASSA SEU CUSTO EFETIVO EM FACE DA PERSONALIZAÇÃO JUDICIAL
107.	PATRÍCIA DOS SANTOS BELÉM LOPES	026.483.404-67	01	O SISTEMA PROPORCIONAL ELEITORAL E A SOBERANIA POPULAR
108.	PATRÍCIA LUIZA MENEZES	786.169.724-04	01	GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO CAMPO DO DIREITO PENAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
109.	PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE	039.172.434-74	02	ATOS DE CONCENTRAÇÃO MONOPOLIZADORES EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS – UMA ANÁLISE DA (IN)APLICABILIDADE DA <i>FAILING COMPANY DEFENSE</i> COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
110.	PAULA FAZIO FIALHO FERNANDES	540.215.614-04	02	ARBITRAGEM: DO DIREITO CIVIL AO TRABALHISTA, UMA VIA PARA A EFETIVAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA
111.	PAULA LAÍSE DE VASCONCELOS RIBEIRO	051.581.794-50	01	INTERNACIONLIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A DIMENSÃO SOCIAL DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO E O NEOCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO
112.	PAULO GUSTAVO LIMA E SILVA RODRIGUES	061.506.294-65	01	A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



113.	POLYANA TENÓRIO DE FREITAS E SILVA	065.834.124-38	01	O ADVENTO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM RELAÇÃO À LIBERDADE DE IMPRENSA
114.	PRISCILA DE FÁTIMA BARROS OLIVEIRA	041.511.114-50	03	A APLICAÇÃO DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA EFETIVAÇÃO DE INDENIZAR O PREJUÍZO
115.	RAFAELA CARLA AMBRÓSIO SILVA	076.968.144-19	01	A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO POSSIBILIDADES PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS EM MACEIÓ
116.	RAÍSA KELLYNE RODRIGUES DE OLIVEIRA LEÃO	100.616.234-82	01	A QUESTÃO DO ABORTO NO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO PENAL: ANÁLISE DOS NOVOS PERMISSIVOS LEGAIS PROPOSTOS NO PLS Nº 236/12 À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL E PERSONALÍSSIMO À VIDA
117.	RAISSA COSTA SILVA	088.645.114-07	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
118.	RAPHAELA TEREZA LIRA ALENCAR CALHEIROS	014.267.754-07	01	SISTEMA PENITENCIÁRIO ALAGOANO: A (IN)VISIBILIDADE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO
119.	RAULINA MARINHO DE ASSIS	057.838.625-92	02	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NOS DANOS DECORRENTES DE OMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
120.	RENATA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA ARANTES	712.566.011-87	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
121.	RICARDO CERQUEIRA LIMA DE CARVALHO	077.975.874-93	01	IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA COMO TRANSAÇÃO PENAL NO CASO DO CRIME DO ARTIGO 28 DA LAI 11.343/06
122.	RÍDINA RAMOS LEITE	048.636.984-61	01	GARANTIR O DIREITO SOCIAL À MORADIA E OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES SEM INFRAESTRUTURA PELA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA
123.	RITA DE CÁSSIA LEITE AZEVEDO RÉGIS	030.602.584-14	01	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DO DIREITO À FORMAÇÃO E AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURÍDICA
124.	RITA DE CÁSSIA SILVA	478.431.284-68	02	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
125.	ROGERS TENÓRIO DE ANDRADE	774.979.614-20	03	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
126.	RONALD PINHEIRO RODRIGUES	094.958.794-00	02	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL: A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL NA CONTRAFRAÇÃO DE MARCAS FRENTE AO PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

127.	ROSIANE MARINHO DIAS	777.739.504-15	01	A EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL FRENTE AO DANO MORAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE
128.	SAMEA RAFAELLA TORRES TENÓRIO MASCARENHAS	055.184.274-17	02	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DA NOVA HERMENÊUTICA DOS DIREITOS POLÍTICOS
129.	SILVIANE BARBOSA DA SILVA	051.041.364-18	01	A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO GARANTIA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A PROBLEMÁTICA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO ALAGOANO
130.	SÍLVIO DE JESUS TELES	033.589.454-21	03	ACOAÇÃO NA DELAÇÃO PREMIADA: A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO FUNDAMENTO PARA INVALIDAÇÃO DO ACORDO VICIADO
131.	SOLANGE CORREIA TENÓRIO COSTA	777.767.204-53	03	SEGURANÇA JURÍDICA, A MÁXIMA EFETIVIDADE EM RELAÇÃO A COISA JULGADA EM DETRIMENTO DO PODER DE FLEXIBILIZAR SENTENÇAS
132.	STARLEY JONNES PINHO FERNANDES	634.548.743-00	01	PENDENTE DE DOCUMENTOS (VIA CORREIOS)
133.	TALITA NUNES DE SOUZA BAÊTA	010.205.064-31	02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA SOCIAL NA BUSCA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS
134.	THALES LINS DE BARROS PINO	093.508.924.13	01	O DIREITO PREVENTIVO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA (11.340/2006)
135.	THAYNNÁ LAYDIR SILVA MARTINS COELHO	060.564.224-30	01	A ELABORAÇÃO DAS LEIS PENAIIS O SISTEMA DEMOCRÁTICO ATUAL: A IMPORTÂNCIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO LEGITIMAÇÃO DA TUTELA PENAL DE BENS JURÍDICOS
136.	THIAGO ANDRÉ GOMES ANTUNES	091.532.474-18	03	AS DECISÕES JUDICIAIS NO NEOCONSTITUCIONALISMO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
137.	THIAGO FERREIRA WANDERLEY	034.955.914-78	02	A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE
138.	TIAGO TUPINAMBÁ FONTES GOMES	012.240.874-88	02	A EXIGÊNCIA DE BONS ANTECEDENTES EM CONCURSOS PÚBLICOS: ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DISCRICIONÁRIOS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

139.	VAGNER PAES CAVALCANTI FOLHO	034.314.134-55	02	LIMITES CONSTITUCIONAIS À DEFINIÇÃO ESTATAL EM MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A LIVRE INICIATIVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO VETORES CONSTITUCIONAIS
140.	WANDERSON TENÓRIO DE ALBUQUERQUE	076.717.714-22	01	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE, COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS, EM UMA SOCIEDADE DE RISCO: UMA ANÁLISE DO DESCARTE DE RESÍDUOS HOSPITALARES PELOS HOSPITAIS EM MACEIÓ
141.	WANDESLANN BELÉM LOPES	033.628.734-80	01	IMORALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DA IMUNIDADE FORMAL PARLAMENTAR
142.	WESLEY KELVIN DA COSTA FERNANDES	084.631.264-64	01	DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À HABITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE RUA DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS: UM ESTUDO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE COTAS NOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL “MINHA CASA, MINHA VIDA” E “MINHA CASA MELHOR”, EM FAVOR D GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL DO SER HUMANO

Maceió, 03 de dezembro de 2015.


Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt Júnior
Coordenador do Mestrado em Direito/PPGD

Prof. Dr. Marcos Ehrhardt Jr
Coordenador PPGD / FDA / UFAL
Siape 3497763